

O IMPACTO DO RACISMO ESTRUTURAL EM CRIANÇAS NEGRAS DURANTE A PANDEMIA: UM ESTUDO NA REDE ESCOLAR DE CORRENTE-PI

Keli da Rcha França¹
Wilbâner Feitosa Nogueira²
Ana Raquel da Silva Mesquita³

INTRODUÇÃO

O racismo estrutural, entendido como um fenômeno enraizado nas instituições e nas práticas sociais, constitui um dos principais desafios à efetivação da equidade racial no Brasil contemporâneo. Na educação, esse fenômeno se manifesta de forma contínua, influenciando o acesso, a permanência e o sucesso escolar de crianças negras. Conforme **Silvio de Almeida (2019, p. 25)**, “o racismo é estrutural porque faz parte da organização política, econômica e cultural da sociedade”, e sua reprodução ocorre inclusive nas instituições responsáveis pela formação humana, como a escola.

Durante a pandemia da COVID-19, que se estendeu de 2020 a 2022, as desigualdades educacionais tornaram-se ainda mais evidentes. O fechamento das escolas e a transição emergencial para o ensino remoto evidenciaram a precariedade das condições de acesso digital das famílias negras, especialmente em regiões interioranas, como o município de **Corrente, no sul do Piauí**. Dados da **Secretaria Municipal de Educação (SME)** indicam que cerca de **64% das crianças negras não possuíam acesso contínuo à internet ou dispositivos eletrônicos adequados** para acompanhar as aulas, enquanto o índice entre crianças não negras era de aproximadamente 38%.

Diante dessa realidade, este trabalho tem como **objetivo geral** analisar o impacto do racismo estrutural sobre as experiências escolares de crianças negras durante a pandemia da COVID-19 em Corrente-PI. Como **objetivos específicos**, busca-se: (a) identificar os efeitos das desigualdades de acesso digital e da exclusão simbólica sobre o processo educativo; (b) compreender as percepções de educadores, responsáveis e alunos quanto às manifestações de racismo no período; e (c) discutir alternativas pedagógicas e políticas que promovam a equidade racial na educação pública.

¹ Graduada do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí, Campus Corrente-PI, Professora SEMED-Corrente – Piauí;

² Graduado pelo Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí UESPI – Campus Corrente. wilbanefeitosa@hotmail.com;

³ Professora e Coordenadora Pedagógica SEMEC - TO - anainharaquel2020@gmail.com



A relevância deste estudo está na necessidade de compreender como as relações raciais e as condições materiais se entrelaçam no contexto pandêmico, aprofundando o abismo educacional entre crianças negras e não negras. Essa reflexão se torna fundamental em um momento de reconstrução das políticas públicas educacionais, especialmente no pós-pandemia, quando se exige uma educação comprometida com os direitos humanos, com a diversidade e com a superação do racismo.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A pesquisa seguiu uma abordagem **quali-quantitativa**, articulando dados numéricos e análises interpretativas. A dimensão quantitativa baseou-se nos registros da **Secretaria Municipal de Educação de Corrente-PI** entre os anos de 2020 e 2022, envolvendo indicadores de matrícula, evasão, frequência e acesso às atividades remotas. Já a dimensão qualitativa consistiu em **entrevistas semiestruturadas** realizadas com **12 crianças negras** entre 8 e 12 anos, **15 responsáveis** e **10 docentes** da rede municipal.

Os dados foram organizados e analisados conforme a metodologia de **análise de conteúdo** proposta por **Bardin (2011)**, buscando identificar categorias como: exclusão digital, invisibilidade curricular e impactos psicossociais. As entrevistas foram conduzidas respeitando os princípios éticos de pesquisa com seres humanos (Resolução nº 510/2016), com autorização da SME e dos responsáveis.

Essa metodologia permitiu triangulação entre diferentes fontes de informação, ampliando a compreensão sobre como o racismo estrutural se manifesta em dimensões objetivas como o acesso à tecnologia e subjetivas como a autoestima e o sentimento de pertencimento das crianças negras.

REFERENCIAL TEÓRICO

A discussão teórica que sustenta esta pesquisa ancora-se em autores que analisam o racismo enquanto fenômeno estrutural e suas implicações educacionais. **Silvio de Almeida (2019)** conceitua o racismo estrutural como uma engrenagem que molda as relações sociais e institucionais, configurando-se como “um sistema de práticas que produz e reproduz desigualdades raciais”. Na escola, esse sistema se manifesta por meio



de currículos excludentes, baixa representatividade e expectativas diferenciadas quanto ao desempenho de estudantes negros.

Eliane Cavalleiro (2000) analisa a escola como espaço ambíguo: enquanto propaga o discurso da igualdade, reproduz práticas discriminatórias. Segundo a autora, “o silêncio da escola diante das ofensas raciais é, por si só, uma forma de ensinar que algumas vidas valem menos que outras” (CAVALLEIRO, 2000, p. 52). Assim, a omissão institucional se torna um instrumento de perpetuação do racismo.

Nilma Lino Gomes (2005) enfatiza que a superação dessas desigualdades passa por uma educação antirracista que valorize os saberes, identidades e histórias dos povos negros. Para a autora, “é preciso transformar a escola em espaço de afirmação e não de negação das identidades negras” (GOMES, 2005, p. 34).

Já **Kabengele Munanga (2004)** denuncia o “mito da democracia racial” como uma ideologia que mascara as desigualdades e impede a criação de políticas públicas efetivas. Ele adverte que “a crença na igualdade racial brasileira é o principal obstáculo à superação do racismo institucional” (MUNANGA, 2004, p. 17).

Por fim, **Achille Mbembe (2018)** amplia o debate ao introduzir o conceito de **necropolítica**, que consiste na forma pela qual o poder define “quem pode viver e quem deve morrer”. Aplicado à educação, o conceito evidencia que a ausência de políticas de equidade racial durante a pandemia operou como uma forma de exclusão social e simbólica de crianças negras, cuja vida escolar foi negligenciada pelo Estado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados revela que a pandemia escancarou as desigualdades raciais que já estruturavam a educação pública. O ensino remoto, apresentado como solução emergencial, acabou se configurando em um mecanismo de exclusão para as crianças negras, devido à falta de acesso à internet, equipamentos e acompanhamento pedagógico.

As entrevistas realizadas com professores e responsáveis confirmam que a maioria das crianças negras não conseguiu manter uma rotina de estudos. Professores relataram dificuldades em estabelecer contato e observaram que “os alunos que mais se afastaram da escola foram justamente os que mais precisavam dela”. Essa realidade confirma o que **Almeida (2019)** denomina de “racismo institucionalizado”, uma vez que a ausência de medidas de compensação racial contribuiu para perpetuar desigualdades históricas.



No campo simbólico, observou-se que o currículo remoto manteve o **silenciamento da cultura afro-brasileira**, ignorando a Lei 10.639/2003. **Cavalleiro (2000)** e **Gomes (2005)** alertam que a negação da identidade negra no currículo reforça sentimentos de inferioridade e compromete o desenvolvimento emocional das crianças. Durante o ensino remoto, a falta de referências positivas e o isolamento aumentaram a vulnerabilidade psicológica dessas crianças, que se sentiram desmotivadas e invisibilizadas.

De forma convergente, **Mbembe (2018)** permite compreender que a ausência de políticas específicas de inclusão digital com recorte racial representa uma forma contemporânea de necropolítica, na qual o Estado define, ainda que de forma simbólica, quem tem direito ao aprendizado e quem será deixado à margem do processo educativo.

Esses resultados reforçam a necessidade de políticas educacionais com enfoque racial, capazes de reconhecer as particularidades das infâncias negras e promover condições equânimes de ensino e aprendizagem, conforme defendem **Munanga (2004)** e **Gomes (2005)**.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidencia que o racismo estrutural se manifestou de forma contundente durante a pandemia da COVID-19, produzindo impactos significativos na trajetória escolar de crianças negras em Corrente-PI. As desigualdades materiais e simbólicas se entrelaçaram, resultando em exclusão digital, evasão e invisibilidade curricular.

A superação desse quadro exige o fortalecimento das políticas públicas de acesso à tecnologia, a implementação efetiva da Lei 10.639/2003, a formação continuada de professores sob perspectiva antirracista e o monitoramento constante das desigualdades raciais no âmbito educacional. Como afirma **Gomes (2005, p. 38)**, “a escola deve se assumir como espaço de transformação social e combate às injustiças raciais”.

Portanto, construir uma educação comprometida com a equidade racial significa reconhecer o racismo como estrutura e enfrentá-lo com políticas, práticas e afetos transformadores. Somente assim a escola poderá cumprir sua função social de garantir o direito à aprendizagem e à cidadania para todas as crianças, em especial as que historicamente foram silenciadas.



Palavras-chave: Racismo estrutural; Pandemia; Educação; Crianças negras; Corrente-PI.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Secretaria Municipal de Educação de Corrente-PI, aos professores e às famílias participantes desta pesquisa, que contribuíram com relatos e experiências fundamentais para a compreensão deste fenômeno.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. 2. ed. São Paulo: Pólen, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 2004.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CORRENTE-PI. **Relatórios de gestão e monitoramento educacional (2020–2022)**. Corrente-PI: SME, 2023.

